

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77
NIRE nº 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM nº 01794-9

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada aos 19 de setembro de 2001.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro de 2001, às 16:00 horas, na sede social da Empresa, à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da **MRS LOGÍSTICA S/A**, representando mais de um quarto do capital social com direito a voto, conforme consta do Livro de Presença dos Acionistas. Assumindo a Presidência da Mesa, na forma do Artigo 8º do Estatuto Social, o Sr. Pablo Javier de la Quintana Brüggemann, substituto designado pelo Sr. José Paulo de Oliveira Alves, Presidente do Conselho de Administração, convidou a mim, Fernando Henrique de Menezes Oliveira, para servir como Secretário. Dessa forma, depois de verificar a existência de quorum muito superior ao mínimo estabelecido na lei, o Sr. Presidente determinou ao Secretário que procedesse à leitura do edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil dos dias 11, 12 e 13 de setembro, o que foi feito, sendo transcrito, a seguir, o seu inteiro teor: “Edital de 1ª Convocação - Assembléia Geral Extraordinária - Ficam os acionistas da **MRS LOGÍSTICA S/A** convocados para, em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 19 de setembro de 2001, às 16:00 (dezesseis) horas, na sede social sita à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, nesta Cidade do Rio de Janeiro, deliberar sobre a emissão de debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, em duas séries, no valor total de R\$ 700.000.000,00, com o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 e prazo final de resgate de 72 meses a contar da data da emissão, para colocação no mercado interno. Os acionistas deverão apresentar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, especialmente documento de identidade e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais expedido pelo Banco Bradesco S/A, instituição depositária. Na hipótese de acionista pessoa jurídica, deverão ser apresentados os documentos que comprovem a sua representação legal. A representação por procu-

ração deverá obedecer rigorosamente às determinações do parágrafo 1º do supramencionado art. 126. No caso de custódia, o acionista deverá apresentar comprovante expedido pela instituição financeira depositária. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2001. José Paulo de Oliveira Alves. Presidente do Conselho de Administração.” Encerrada a leitura e após as explicações necessárias sobre as vantagens financeiras decorrentes, a Assembléia aprovou, por unanimidade, a emissão de debêntures e a sua colocação no mercado interno, devendo a operação ora aprovada obedecer à seguinte estrutura: a) **Espécie, Forma e Tipo:** As debêntures serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, terão garantia flutuante, na forma do artigo 58 da Lei nº 6.404/76 e, adicionalmente, terão, também, garantia pignoratícia de parte dos recebíveis oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte realizados para (i) a Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.417.445/0001-20 e sediada à Praia de Botafogo, 300, 8º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, (ii) a Companhia Siderúrgica Nacional, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.042.730/0001-04 e sediada à Avenida Lauro Müller, 116, 36º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e (iii) a Ferteco Mineração S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.078.320/0001-13 e sediada à Rua Rodrigo Silva, 26, 22º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; b) **Data da Emissão:** A data da emissão será 1º de outubro de 2001. c) **Valor Total, Valor Nominal Unitário e Quantidade de Títulos:** A emissão terá o valor total de até R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) e será dividida em 70.000 (setenta mil) debêntures, cada uma delas com o valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais). d) **Divisão em Séries:** As debêntures serão emitidas em duas séries, consoante a seguinte discriminação: I – A 1ª Série, no valor de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do CDI Over mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 1ª Série, observado, para o “spread”, o limite máximo de 1,2% ao ano; II – A 2ª Série, no valor de até R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do IGP-M mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 2ª Sé-

rie, observado, para o “spread”, o limite máximo de 13,5% ao ano. Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGP-M, será adotado como índice de atualização monetária das debêntures da 2ª Série o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE. As debêntures da 1ª Série eventualmente não colocadas em até 90 (noventa) dias deverão ser canceladas para colocação das debêntures da 2ª Série.

e) **Data de Pagamento da Atualização Monetária/Remuneração:** A forma de pagamento dos juros e a atualização monetária será anual, a partir de 12 (doze) meses contados da data da emissão. f) **Amortização**

do Principal e Vencimento: O prazo final da amortização do principal será de 72 (setenta e dois) meses contados da data da emissão, obedecendo o seguinte parcelamento: I - 10% no 24º mês; II - 15% no 36º mês; III - 20% no 48º mês; IV - 25% no 60º mês; V - 30% no 72º mês. g)

Vencimento e Resgate Antecipado: As hipóteses de vencimento antecipado das debêntures serão deliberadas pelo Conselho de Administração da COMPANHIA, tal como permitido pelo artigo 59, VI da Lei nº 6.404/76. h) **Modo de Distribuição:** O modo de distribuição das debêntures será deliberado pelo Conselho de Administração da COMPANHIA, tal como permitido pelo artigo 59, VIII da Lei nº 6.404/76. i)

Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva remuneração ou atualização monetária e juros, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, desde a data da emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

j) **Limite de Colocação:** A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Em consequência da deliberação supra, o Conselho de Administração e a Diretoria da Sociedade, conforme o caso, ficaram autorizados a praticar todos os atos necessários à emissão das debêntures, inclusive a celebração de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios para fins de constituição da garantia adicional, a fixação dos termos e condições aplicáveis e, bem assim, a assinatura de todos os documentos e da escritura necessários à efetivação da operação. Além da autorização acima e para o fim de cumprir eventuais exigências feitas pela CVM na análise do processo de distribuição pública, a Assembléia decidiu, ainda, nos termos do art. 59, § 1º da Lei 6.404/76, delegar ao Conselho de Administração da COMPANHIA a deliberação sobre as condições de que tratam os incisos VI a

VIII do mesmo artigo 59. Esclareceu, ainda, o Presidente que a emissão de debêntures de que trata a presente já fora, também, previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta data. Finalmente, ficou decidido, também por unanimidade, que a ata desta Assembléia Geral Extraordinária poderá ser publicada, em extrato, com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 130 da já referida Lei nº 6.404/76. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, achada conforme e aprovada, por unanimidade, sendo assinada por todos os presentes. Pablo Javier de la Quintana Brüggemann – Presidente; Fernando Henrique de Menezes Oliveira – Secretário; p. Companhia Siderúrgica Nacional, Maria Isabel dos Santos Vieira; p. Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR, Wanderlei Viçoso Fagundes e Guilherme Frederico Escalhão; p. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, Delson de Miranda Tolentino; p. Ferteco Mineração S/A, Conceição Aparecida Clemente da Silva e Roberto Gottschalk; p. Clube de Investimentos dos Ferroviários da SUDFER, João Paulo do Amaral Braga; Pablo Javier de la Quintana Brüggemann; Delson de Miranda Tolentino; Roberto Gottschalk; Lauro Henrique Campos Rezende; Guilherme Frederico Escalhão; João Paulo do Amaral Braga; Fernando Henrique de Menezes Oliveira e Wanderlei Viçoso Fagundes.

Declaro que a presente é cópia autêntica da ata lavrada no Livro de Atas de Assembléias Gerais.

Fernando Henrique de Menezes Oliveira
Secretário